

Teremos mais arroz, feijão e inflação; o choque não virá

Celso da Costa Sabóia (*)

Recru-
deseram
os últimos
dias as espe-
culações e
os boatos so-
bre possíveis
e radicais
mudanças
nos rumos da política eco-
nômica do governo Sarney,
com ou sem substituição de
ministros e autoridades
monetárias.

O feriado bancário, anun-
ciado, desmentido e confir-
mado, da próxima
segunda-feira, as greves do
funcionalismo público, do
Banco do Brasil e outras
categorias menos votadas
agravaram o clima de in-
certeza que domina o País
desde a puxada dos 50% no
"over", da anunciada in-
flação de 28,5% de outubro
e dos prováveis 35% de no-
vembro.

Previsões alarmistas ou
interesseiras frequentam
jornais e a mídia eletrôni-
ca.

Vão das demissões em
massa do funcionalismo à
elevação de juros para im-
pedir a fuga de capitais pa-
ra o dólar, ouro, ações ou
imóveis, passando pela mo-
ratória interna, congela-
mento do "over" e da pou-
pança, otenização de pre-
ços, salários, tarifas e im-
postos e prefixação da cor-
reção monetária.

Na sua maior parte esses
boatos e especulações não
têm nenhuma probabilidade
de se concretizar. Se-
riam medidas que, se ten-
tadas, redundariam em re-
dondos fracassos.

Despedidas em massa de
funcionários, num ano elei-
toral? Quem acredita?
Quem terá coragem de de-
mitir? Conta o historiador
José Hermano Saraiva, em
sua deliciosa "História
Concisa de Portugal", que,
em 1808, invadido Portugal
pelos franceses, portugue-
ses bonapartistas foram
propor a Junot a adoção de
medidas julgadas necessá-
rias para equilibrar as fi-
nanças do Reino. Uma de-
las: reduzir de 110 mil para
80 mil o número de funcio-
nários públicos. Solução:
demitir 30 mil excedentes,
que no entanto continua-
riam recebendo seus salá-
rios! Qualquer semelhança
com a extinção do BNH in-
corporando o pessoal na
Caixa, com propostas de
aposentadoria proporcio-
nal ao tempo de serviço e
outras formas imaginosas

de continuar pagando os
dispensados não é simples
coincidência. É sólida tra-
dição recebida das origens
da nacionalidade. Embora
haja condições de reduzir
gastos de pessoal, com
traumatismos mínimos,
descartemos por ora qual-
quer medida séria nesta di-
reção.

Choques fiscais, por
decretos-leis ou votados pe-
lo Congresso, temo-los tido
regularmente nos últimos
quatro ou cinco anos, ao
fim de cada exercício, para
vigorar no seguinte. As ve-
zes no mesmo. Como mem-
bro da Comissão de Econo-
mia da Câmara, fui relator
do choque fiscal de 1985.
Ocorre que, graças à agili-
dade das empresas em re-
passar preços — em gran-
de parte para o próprio go-
verno, que é o maior com-
prador de bens e serviços
neste País — e ao aumento
geométrico da sonegação
provocado pelas exagera-
das elevações de tributos, o
resultado tem sido a siste-
mática redução, em ter-
mos reais, da arrecadação
global de impostos.

É que ninguém concorda
com o aumento de contri-
buição para governos que

arrecadam mal e gastam
pessimamente. A sonega-
ção é e continuará sendo
ampla, geral e irrestrita,
da venda sem nota ao paga-
mento da prestação de ser-
viços sem recibo nem Im-
posto de Renda, enquanto
não tivermos governo
legítimo e confiável.

Moratória, congelamen-
to de "over" ou poupança?
Com parcela expressiva
desta e a totalidade daque-
le sustentando a colocação
de OTN, LET, OTE várias?
Nem pensar. Como conge-
lar, aplicar redutores ou
reduzir substancialmente
juros se os saldos de caixa
diários de ministérios a
modestas prefeituras, de
estatais e poderosas funda-
ções a pequenas escolas pú-
blicas; de grandes empre-
sas a síndicos de prédios
residenciais ou botecos da
esquina estão todos aplica-
dos em poupança e "o-
ver"?

Otenizar preços, salá-
rios, tarifas e impostos se-
rá mais uma tentativa de
congelamento. Não em cru-
zados, mas na nova moeda
"OTN", fadado a fracasso
igual ao do Plano Cruzado.
Conforme a maior ou me-
nor oferta do produto, o

maior ou menor poder dos
sindicatos, a maior ou me-
nor necessidade de caixa
dos governos, preços, salá-
rios, tarifas e impostos va-
riariam em "OTN", igual-
zinho aos cruzados. E o
câmbio? Seria também
otenizado?

Elevar taxas do "over",
"open" ou títulos do gover-
no — que embutem juros e
correção — para compen-
sar os aplicadores da ero-
são monetária provocada
pela inflação é coisa que
qualquer um entende. É a
forma de forçá-los a man-
ter suas aplicações em títu-
los públicos e evitar a ex-
plosão do consumo.

Justificar a necessidade
desta elevação para evitar
a fuga de capitais para o
dólar, ouro, ações ou imó-
veis fica difícil entender,
apesar de ser esta justifica-
tiva muito utilizada por nu-
merosos comentaristas
econômicos.

Se o volume de aplica-
ções em títulos do governo
se expressa por trilhões de
cruzados; se só no "over"
giram diariamente cerca
de CZ\$ 35 trilhões, enquan-
to na bolsa, no ouro e no
"black" os volumes diários
não excedem a CZ\$ 30/50

bilhões, isto é, de 1 a 2 milé-
simos das aplicações sem
"over", que espaço existe
para uma fuga na direção
daqueles ativos, mesmo
ampliados pela aplicação
em imóveis?

Além disso, quando al-
guém compra dólares, ou-
ro, ações ou imóveis, paga
em cruzados, moeda que,
por não ser aceita em depó-
sitos por bancos da Suíça,
EUA, CEE ou Japão, re-
torna obrigatoriamente ao
sistema financeiro nacio-
nal.

Como a elevação das co-
tações do dólar no "black",
do ouro, das ações ou dos
imóveis especulativos não
se computa na apuração
dos índices de custo de vi-
da, estas altas, também pe-
la estreiteza do mercado,
não deveriam ser objeto de
preocupação maior.

Portanto, vamos deixá-
las flutuar à vontade. Aca-
barão batendo no teto do
mercado.

Restará, por último, a
possibilidade de uma prefi-
xação temporária, com re-
dutores, da correção mone-
tária, o que trará por certo
um alívio de curto prazo,
um tempo para pensar. Seu
efeito só poderia ser dura-

douro se acompanhado de
substanciais reduções do
"deficit público", "et pour
cause", das emissões de
moeda, o que, paradoxal-
mente, tornaria a prefixa-
ção e os redutores desne-
cessários.

Enfim, qualquer choque
exigiria, antes de mais na-
da, um governo legítimo,
apoiado por sólida maioria
parlamentar, com ampla
credibilidade junto ao po-
vo.

Continuaremos com ar-
roz, feijão e inflação que,
até lá, poderá, com paciên-
cia, produzir efeitos. É
bom não esquecer que Ca-
vaco da Silva e a normali-
zação econômica da nação
portuguesa só acontece-
ram após mais de dez anos
da Revolução dos Cravos.

Saída mais rápida, por
aqui, só com parlamenta-
rismo, que legitime a curto
prazo todos os mandatos,
solidifique os partidos, ou
com algum regime de exce-
ção, o que seria lamentá-
vel.

Por tudo isso não haverá
choque nenhum.

(*) Presidente do Banco de
Desenvolvimento do Paraná
(Badep), ex-deputado federal.

